COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

PROJETO DE LEI Nº 4.191, DE 2004 **(apensado o projeto de lei nº 4.610, de 2004)**

Dispõe sobre o atendimento educacional especializado em classes hospitalares e por meio de atendimento pedagógico domiciliar.

Autor: Deputado WLADIMIR COSTA

Relator: Deputado PROFESSOR SÉTIMO

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei em comento propõe que os sistemas públicos de saúde e educação prestem atendimento educacional especializado às crianças, jovens e adultos que, por estarem doentes ou em outras situações de agravo à saúde, fiquem impossibilitados, temporária ou permanentemente, de freqüentar aulas em ambiente escolar. O atendimento em questão deverá ocorrer em classes organizadas nos hospitais e similares ou nos domicílios em que vivam os educandos enfermos ou incapacitados, incluídas neste caso as casas de passagem, casas de apoio, casas-lar ou outras estruturas de apoio similares. Segundo o deputado-proponente, aqueles que se encontram na situação de enfermidade devem ser considerados “educandos portadores de necessidades especiais” e, enquanto tais, ficam também sob a cobertura das leis que se destinam a este contingente populacional.

O Projeto define os objetivos a que deve servir o atendimento educacional preconizado e estabelece que as Secretarias Estaduais, do Distrito Federal e Municipais de Educação e de Saúde deverão celebrar convênios entre si, que fixem as respectivas responsabilidades e competências, as formas de integração e a divisão de atribuições para a oferta

de classes hospitalares e do atendimento pedagógico domiciliar. Postula que devem ser também firmados convênios com outros órgãos e instâncias governamentais e não-governamentais, visando ao cumprimento das finalidades estipuladas. A Proposição estabelece, por fim, os diferenciados patamares de formação requeridos para os docentes que deverão atuar nos diversos níveis educacionais do atendimento hospitalar e domiciliar, bem como determina as condições trabalhistas especiais que lhes deverão ser asseguradas.

O autor, ao justificar sua proposta, reconhece que o quadro legal e institucional que fundamenta a idéia-mestra de seu Projeto já é amplo: parte da Constituição Federal, passa pela LDB e pela Lei nº 7.853/1989, que assegura os direitos das pessoas com deficiência e chega a Resoluções específicas do Conselho Nacional de Educação, todas com vistas a garantir tal atendimento suplementar e especial àqueles que, por estarem hospitalizados ou impossibilitados de comparecer à escola por doença ou incapacidade, precisam, ainda assim dar continuidade ou mesmo início à sua formação educacional. Menciona inclusive a publicação pelo MEC, em dezembro de 2002, de Documento intitulado “Classe Hospitalar e Atendimento Pedagógico Domiciliar – estratégias e orientações”, elaborado para incentivar e orientar estados e municípios na implementação das disposições legalmente estabelecidas sobre o assunto. Mas o Deputado Wladimir Costa lembra também que a instituição das primeiras classes hospitalares remonta aos idos de 1950, no Rio de Janeiro, e que hoje, mais de meio século depois, em quase a metade dos estados e em centenas de municípios brasileiros, tal direito é ainda ignorado, pois ali não se implantou o sistema de atendimento educacional domiciliar e hospitalar. Acredita portanto na necessidade de que dispositivos constantes das Resoluções concernentes tenham força de lei, para que possa se generalizar em todo o País o atendimento educacional especializado em ambientes hospitalares e domiciliares, razão porque apresenta sua proposta.

À Proposição em epígrafe encontra-se apensado o Projeto de Lei nº 4.610/2004, cujo autor é o Deputado Marcos de Jesus, que propõe alterar o Estatuto da Criança e do Adolescente no sentido de garantir “acesso à educação a crianças e adolescentes internados em hospitais e demais instituições de atendimento à saúde”.

As duas proposições tramitam em regime ordinário e

estão sujeitas à apreciação conclusiva das Comissões de Seguridade Social e Família(CSSF); de Educação e Cultura(CEC); e de Constituição e Justiça e de Cidadania(CCJC).

Apreciado no âmbito da CSSF, o Projeto de Lei nº 4.191/2004 foi ali aprovado por unanimidade, em 18/09/07, com base no Parecer favorável da Deputada-relatora Solange Almeida, com Emenda e Complementação de Voto. Da redação original foi sugerida a retirada das referências legais constantes do *caput* do artigo 1º do Projeto de Lei principal, sugestão esta que foi complementada por outros parlamentares da CSSF, que sugeriram a restrição dos efeitos do Projeto somente aos estudantes já matriculados na educação básica. A Comissão de Seguridade Social e Família rejeitou, por desnecessário, o PL n.º 4.610/2004, já que seus efeitos estariam contemplados na hipótese de acolhimento da Proposição a que está apensado.

Na Comissão de Educação e Cultura, onde tramita no momento, o Projeto de Lei e seu apensado não receberam emendas no prazo regulamentar.

É o Relatório.

II - VOTO DO RELATOR

O Projeto de Lei nº 4.191/2004, de autoria do ilustre Deputado Wladimir Costa, vem oportunamente assegurar que as crianças, os jovens e os adultos que se encontrem acometidos por agravos à saúde, temporários ou permanentes, e que estejam hospitalizados ou em repouso domiciliar, e, portanto, impossibilitados de freqüentar aulas em ambiente escolar, tenham a oportunidade real de fazer valer seu direito constitucional à educação básica.

De fato é ponderável o argumento do autor da Proposição de que vale a pena não só reunir como reafirmar, em uma nova lei, os dispositivos existentes em diversas leis maiores e menores, já que o próprio Ministério da Educação denunciava, em 2004, que somente 13 unidades da Federação dispunham de atendimento educacional hospitalar e domiciliar para seus doentes que queriam estudar ou precisavam dar seqüência a seus

estudos de nível infantil, fundamental ou médio. É justo que o Parlamento faça o que estiver ao seu alcance para assegurar que estas pessoas, já vitimadas por condições adversas à saúde, que lhes fazem permanecer por tempo maior ou menor apartadas da normalidade da vida social, não tenham que ser penalizadas também pela ignorância, patrocinada pelo Poder Público.

Ademais, importa lembrar os preceitos constitucionais do direito à educação e de que a oferta de educação básica – notadamente de ensino infantil e fundamental, seja garantida a todos os cidadãos, como um dever do Estado e da Família. O não-oferecimento do ensino obrigatório pelo poder público, ou sua oferta irregular, importa inclusive responsabilidade da autoridade competente. Assim, se todo cidadão brasileiro - criança, jovem ou adulto - tem direito à educação, cabe, portanto, ao Poder Público oferecê-la, por si ou em parcerias que o viabilizem, não sendo admissível que a impossibilidade de comparecer às aulas em escolas regulares, por problemas de saúde, se constitua em impedimento para a oferta educacional.

O Projeto em tela detalha suficientemente a maior parte das questões implicadas na oferta de educação básica em ambientes não-escolares – no caso, hospitalares e domiciliares –, principalmente ao observar as peculiaridades de formação dos docentes, que estarão trabalhando em espaços e condições muito diferentes das usuais, e seu autor cuida ainda de mostrar que o próprio Ministério da Educação já vem tratando dos diversos aspectos envolvidos nessa oferta, ao editar, por exemplo, Documento orientador contendo estratégias que podem e devem ser utilizadas quando da implementação estadual ou municipal destas experiências.

Assim sendo, reconhecemos e afirmamos o inegável mérito educacional e cultural desta Proposição, que vem assegurar a oferta de educação hospitalar ou domiciliar a um grande contingente de brasileiros de todas as idades, temporária ou permanentemente impossibilitados de freqüentar as escolas de educação básica por enfermidades. Justamente por não poderem circular socialmente e levar vida normal, eles poderão encontrar ali, em seu próprio ambiente doméstico ou hospitalar, a oportunidade de prosseguir ou mesmo de iniciar, no contexto possível e em condições especiais, sua formação educacional básica de qualidade. Por isso, sem introduzir qualquer modificação substantiva nas idéias centrais do Projeto principal e no sentido do aprimoramento da redação de alguns de seus dispositivos, estamos oferecendo algumas Emendas ao mesmo.

À luz do que foi exposto, somos portanto favoráveis à **aprovação** do Projeto de Lei nº 4.191/2004, com emendas, Projeto este de autoria do ilustre Deputado Wladimir Costa e para o mesmo encarecemos o apoio de nossos nobres pares. Somos também pela **rejeição** do Projeto de Lei nº 4.610/2004 que lhe foi apensado, por entender que o mesmo já está acolhido na abrangência do PL nº 4.191/2007, ao qual foi apensado.

Sala da Comissão, em de de 2007.

Deputado **PROFESSOR SÉTIMO**

Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

PROJETO DE LEI Nº 4.191, DE 2004

Dispõe sobre o atendimento educacional especializado em classes hospitalares e por meio de atendimento pedagógico domiciliar.

EMENDA Nº1

O *caput* do art. 1º do projeto passa a ter a seguinte redação:

"Art. 1º - Os sistemas de ensino, mediante ação integrada com os sistemas de saúde, ficam obrigados a oferecer atendimento educacional especializado a crianças, jovens e adultos, temporária ou permanentemente impossibilitados de freqüentar as aulas nas escolas de educação básica, em decorrência de condições e limitações específicas de saúde."

Sala da Comissão, em de de 2007.

Deputado **PROFESSOR SÉTIMO**

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

PROJETO DE LEI Nº 4.191, DE 2004

Dispõe sobre o atendimento educacional especializado em classes hospitalares e por meio de atendimento pedagógico domiciliar.

EMENDA Nº2

O § 2º do art. 2º do projeto passa a assumir a seguinte redação:

"§ 2º Denomina-se atendimento pedagógico domiciliar o atendimento pedagógico-educacional que ocorre em ambiente domiciliar ou em casas de passagem, casas de apoio, casas-lar ou outras estruturas similares de apoio da sociedade, em decorrência de problema de saúde que impossibilite o educando de freqüentar a escola."

Sala da Comissão, em de de 2007.

Deputado **PROFESSOR SÉTIMO**

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

PROJETO DE LEI Nº 4.191, DE 2004

Dispõe sobre o atendimento educacional especializado em classes hospitalares e por meio de atendimento pedagógico domiciliar.

EMENDA Nº 3

Renumere-se como art. 5º aquele cujo texto é o que se segue, e a seguir, os artigos que lhe são subseqüentes:

"Art. 4º Os Poderes Públicos, Estadual, do Distrito Federal e Municipal, poderão celebrar, por meio de suas secretarias de Educação, convênios ou outros instrumentos de cooperação com órgãos públicos federais, estaduais, do Distrito Federal e municipais, universidades e organizações não governamentais, visando à promoção do atendimento educacional especializado em classes hospitalares ou por meio de atendimento pedagógico domiciliar, bem como o acompanhamento e avaliação das ações decorrentes desta Lei. "

Sala da Comissão, em de de 2007.

Deputado **PROFESSOR SÉTIMO**

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

PROJETO DE LEI Nº 4.191, DE 2004

Dispõe sobre o atendimento educacional especializado em classes hospitalares e por meio de atendimento pedagógico domiciliar.

EMENDA Nº 4

O inciso I do art. 7º do Projeto original (ou do já renumerado art. 8º) passa a assumir a seguinte redação:

"I – identificar os estabelecimentos hospitalares ou similares que ofereçam atendimento educacional para crianças, jovens e adultos, e orientá-los quanto às disposições legais;"

Sala da Comissão, em de de 2007.

Deputado **PROFESSOR SÉTIMO**